

Clipping n º 1269

, 05 Maio 2014 - 11:52:22

Eleições 2014: sindicalista candidato deve se afastar até dia 5 de junho O dirigente sindical que pretende disputar as eleições deste ano tem a partir desta segunda-feira (5) um mês para se afastar das atividades sindicais se quiser ser candidato ao pleito de outubro. Assim, deve se afastar da entidade a partir do dia 5 de junho (quatro meses) antes do pleito, cujo 1 º turno de votação será no dia 5 de outubro (primeiro domingo do mês) e o 2 º turno no dia 26 de outubro (último domingo do mês). Caso não se afaste da atuação em favor dos trabalhadores, o dirigente sindical pode se tornar inelegível. O afastamento não é definitivo nem tampouco implica na renúncia do cargo ou da função na entidade sindical caso o dirigente não tenha seu nome aprovado nas convenções partidárias. Servidor e empregado público Já os servidores e empregados públicos que pretendem concorrer no pleito desde ano tem o até o dia 5 de julho (três meses antes do pleito) para pedir licença da repartição na qual trabalham. Ao funcionário público ou empregado de empresa estatal é garantido o direito à remuneração enquanto permanecer na disputa eleitoral. Outro acontecimento importante a partir de 5 de julho, até a posse dos eleitos, é a proibição à Administração Pública remover, transferir e exonerar servidores públicos. Veja aqui todas as datas importantes até o pleito de 5 de outubro

Diário Oficial publica correção da tabela do Imposto de Renda A medida provisória (MP) com a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), anunciada pela presidente Dilma Rousseff na última quarta-feira (30), foi publicada nesta sexta-feira (2) no Diário Oficial da União. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, quando se corrige a tabela do IRPF abaixo da inflação oficial, todos os trabalhadores são prejudicados". O percentual de correção da tabela é 4,5%. A correção fica abaixo do índice de inflação projetada para este ano, entre 6,1% e 6,2%, de acordo com o Banco Central. Pela nova tabela, que passa a valer a partir de 2015, quem receber por mês até R\$ 1.868,22 estará isento. Aqueles com ganhos mensais entre R\$ 1.868,23 e R\$ 2.799,86 pagarão 7,5% de Imposto de Renda, o que representa um desconto mensal de R\$ 140,12. Quem tiver renda por mês de R\$ 2.799,87 até R\$ 3.733,19, terá alíquota de 15% e será taxado em R\$ 350,11. Pagará alíquota de 22,5% a pessoa que tiver rendimentos mensais entre R\$ 3.733,20 e R\$ 4.664,68 e, mensalmente, serão descontados R\$ 630,10. O trabalhador que receber acima de R\$ 4.664,68 será taxado em 27,5% e o desconto mensal para o mês será R\$ 863,33. De acordo com a MP, a isenção mensal para aposentadoria e pensão, hoje em R\$ 1.787,77, passará para R\$ 1.868,22 em 2015. Os gastos com educação poderão ser deduzidos em até R\$ 3.527,74. Em 2014, o valor corresponde a R\$ 3.375,83. Já a dedução por dependente passará de R\$ 2.156,52 para R\$ 2.253,56. A MP também faz a correção da dedução simplificada opcional, que em 2014 será R\$ 15.880,89 e para o ano-calendário de 2014 passa a ser R\$ 16.595,53. Mesmo abaixo do índice de inflação, o governo estima impacto fiscal de R\$ 5,3 bilhões para 2015. (Fonte: Agência Brasil)

Jorge Caetano Fermino